

MEMÓRIA DE REUNIÃO – 9ª ORDINÁRIA (PRESENCIAL)

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ – COMUGESAN (BIÊNIO 2023-2024)

Santo André, 22 de outubro de 2024

PARTICIPANTES

Poder Público:

- Davi Augusto Vieira – encarregado de atividades do COMUGESAN e apoio da Secretaria Executiva;
- Ajan Marques de Oliveira – presidente e representante titular da Superintendência do SEMASA;
- Eriane Justo Luiz Savóia – secretária executiva e representante titular do Departamento de Gestão Ambiental do SEMASA;
- Nathalia Oliveira Padovanni Pinto – representante suplente do Departamento de Gestão Ambiental do SEMASA;
- Alexandre Cordeiro de Brito – representante titular da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do SEMASA;
- Edilene Vieira Fazza – representante titular da Secretaria de Educação da PMSA;
- Fernanda Longhini Ferreira – representante suplente da Gerência de Planejamento e Licenciamento Ambiental do SEMASA;
- Rafaela de França – representante titular da Gerência de Educação e Mobilização Ambiental do SEMASA;
- Paloma Alvarez Alonso – representante suplente da Coordenadoria de Comunicação Social do SEMASA;
- Zilda Rodrigues de Lima – representante titular da Secretaria de Saúde da PMSA;
- Carla Freitas Affonso – representante titular do Departamento de Manutenção de Áreas Verdes da PMSA;

- Priscila de Oliveira – representante titular do Departamento de Proteção e Defesa Civil da PMSA;
- Douglas Pinheiro Lopes da Silva – representante titular da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da PMSA;
- Marília Formoso Camargo – representante suplente da Secretaria de Planejamento Estratégico e Licenciamento da PMSA.

Sociedade Civil:

- Julio Cesar Tavares Bastos – representante suplente da PROLEG – Promotoras Legais Populares de Santo André;
- Josenilda Maria da Silva – representante titular do Movimento em Defesa dos Direitos dos Moradores em Núcleos Habitacionais de Santo André (MDDF);
- Clayton Mendes da Costa – representante titular do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santo André (SINDSERV);
- Glaucia Bueno Quirino – representante titular da Ordem dos Advogados do Brasil – 38ª Subseção (OAB/Santo André);
- Marta Angela Marcondes – representante suplente do Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC (MDV);
- Zilda Maria Bergamini – representante titular do Conselho Municipal de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense;
- Cleyton Silva Cardoso – representante titular do Coletivo Núcleo de Ações Socioculturais Ativista (NASA).

Convidados:

- Marlon R. Rocha – JGP Consultoria;
- Fabrizia Oliverii – JGP Consultoria;
- Fabiana Braz – MRS Logística;
- Bruno Valsani – MRS Logística;
- Lucas Silva Souza;
- Rômulo Alves – MRS Logística;
- Daniela Bergamini – Moradora de Paranapiacaba;
- Aldo Gomes da Costa Filho – Munícipe de Santo André;
- Fabíola B. Frante – Munícipe de São Bernardo do Campo.

PAUTA

- Informes da Plenária;
- Informes da Secretaria Executiva;
- Pauta:
 - ✓ Indicação de titular e suplente da Sociedade Civil do COMUGESAN para atuação no mandato 2024-2026 do Conselho da Vigilância em Saúde de Santo André (CONDIVIS);
 - ✓ Apresentação do EIA-RIMA relacionado ao Projeto de Segregação Sudeste do Transporte Ferroviário de Cargas e Trecho Central Compartilhado pela MRS Logística SA.

ABERTURA

- A reunião iniciou-se às 18h45, em segunda chamada.
- Ajan Marques de Oliveira (SUP/SEMASA) cumprimentou a todos os presentes.

INFORMES DA PLENÁRIA

- Ajan (DGA/SEMASA) perguntou se a plenária gostaria de registrar algum informe.
- Marília Formoso Camargo (SPEL/PMSA) informou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima aprovou a inserção de quatro projetos submetidos pelo município de Santo André no rol de apresentações do Pavilhão Brasil da 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), que será realizada de 11 a 22 de novembro no Azerbaijão. Acrescentou que no dia 16 de novembro constarão do painel de experiências municipais no eixo de planejamento e desenvolvimento urbano-ambiental os seguintes projetos de Santo André: “Santo André 500 Anos”, “Moeda Verde”, “Renaturalização do Córrego GE” e “Aproveitamento de Recursos Hídricos do Parque Guaraciaba”.

INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA

- Eriane Justo Luiz Savóia (DGA/SEMASA) informou que houve no dia 10.10.2024 a primeira reunião do Grupo de Trabalho responsável pelos preparativos da Conferência Municipal de Meio Ambiente. Esclareceu

que o evento ocorrerá nos dias 30.11.2024 e 01.12.2024 no Parque-Escola.

- Salientou que o item “Deliberação sobre o Edital de Convocação para as Eleições do Biênio 2025-2026” foi retirado da pauta desta reunião, pois ainda não foi publicado o Projeto de Lei que altera a redação do artigo 9º da Lei Municipal nº 7733/1998. Considerando a impossibilidade de promover o processo eleitoral e de cumprir todos os ritos necessários, propôs que a plenária delibere sobre medida de prorrogação do atual biênio por até seis meses, a contar da data de sua última reunião (10.12.2024). Perguntou ao conselheiro Alexandre Cordeiro de Brito (CAJ/SEMASA) se não há nenhum óbice jurídico que invalide a proposição.
- Davi (apoio da Secretaria Executiva) projetou em telão o cronograma de etapas das eleições definido pela Comissão Eleitoral (imagem abaixo).

CRONOGRAMA PROPOSTO PELA COMISSÃO ELEITORAL BIÊNIO 2025-2026

Inscrições	23/10 a 27/11/2024
Análise da documentação	28/11 a 03/12/2024
Publicação dos resultados da habilitação	04 e 05/12/2024
Prazo para recursos	06 a 12/12/2024
Publicação dos resultados dos recursos	13 e 16/12/2024
Eleição	17/12/2024
Publicação dos resultados da eleição	18 e 19/12/2024

- Alexandre Cordeiro de Brito (CAJ/SEMASA) esclareceu que a deliberação é plausível, pois se enquadra como um caso omissivo, previsto no artigo 47 do Regimento Interno do Conselho.
- Com base neste entendimento, Eriane (DGA/SEMASA) colocou em votação por aclamação a proposta de adiamento do mandato vigente.
- Não houve nenhuma manifestação em contrário. Portanto, a proposta foi aprovada por unanimidade.

APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA VIRTUALMENTE EM 17.09.2024

- Ajan (SUP/SEMASA) solicitou dispensa da leitura da memória. Perguntou se a plenária está de acordo com os registros.
- Não houve nenhuma manifestação em contrário. Portanto, a memória foi aprovada por unanimidade.

APROVAÇÃO DOS PARECERES DO GRUPO DE TRABALHO INFRAÇÕES E PROCESSOS AMBIENTAIS, EMITIDOS EM 10.10.2024

- Ajan (SUP/SEMASA) perguntou se a plenária está de acordo com os pareceres emitidos.
- Não houve nenhuma manifestação em contrário. Portanto, os relatórios constantes dos PROCESSOS n° 674/2024, n° 802/2024, n° 403/2024, n° 658/2024, n° 335/2024, n° 751/2024, n° 832/2024, n° 769/2024, n° 719/2024, n° 749/2024, n° 524/2024, n° 498/2024, n° 806/2024, n° 631/2024, n° 740/2024, n° 775/2024, n° 262/2024, n° 42/2024, n° 563/2024, n° 723/2022, n° 19578/2022, n° 580/2024, n° 39/2024, n° 114577/2024 (Sistema ACTO), n° 109634/2024 (Sistema ACTO), n° 110538/2024 (Sistema ACTO) e n° 113561/2024 (Sistema ACTO) foram aprovados por unanimidade.

APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE REINCIDÊNCIAS AMBIENTAIS REFERENTES AO MÊS DE SETEMBRO DE 2024 (O ACUMULADO DE LICENÇAS E DOCUMENTOS DO ACTO DO MESMO PERÍODO SERÁ DELIBERADO NA REUNIÃO DE NOVEMBRO, DEVIDO A PROBLEMAS TÉCNICOS DE SISTEMA)

- Ajan (SUP/SEMASA) perguntou se a plenária está de acordo com os relatórios de reincidências.
- Não houve nenhuma manifestação em contrário. Portanto, os relatórios foram aprovados por unanimidade.

PAUTA

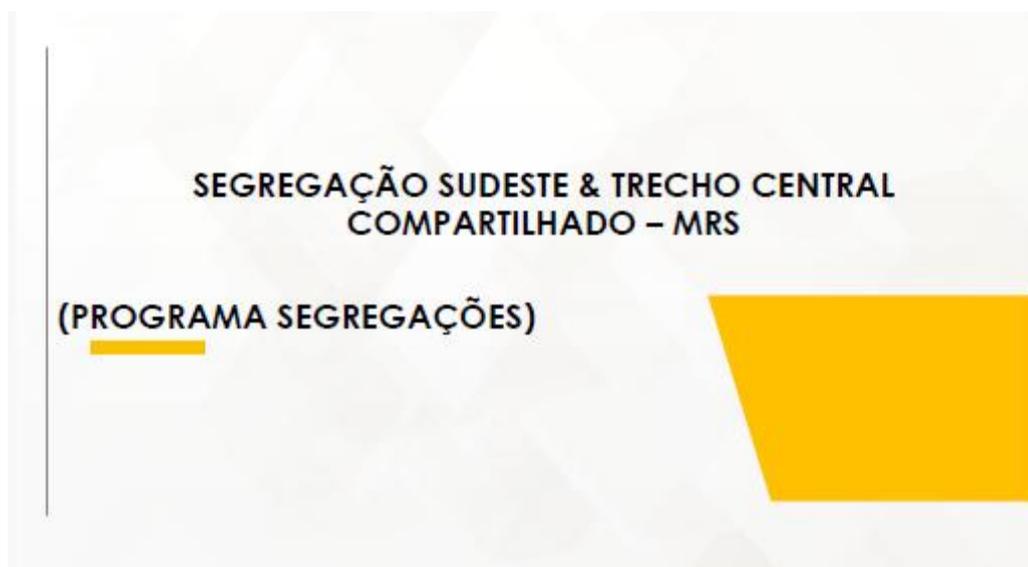
INDICAÇÃO DE TITULAR E SUPLENTE NDA SOCIEDADE CIVIL DO COMUGESAN PARA ATUAÇÃO NO MANDATO 2024-2026 DO CONSELHO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE SANTO ANDRÉ (CONDIVIS)

- Eriane (DGA/SEMASA) perguntou aos membros da Sociedade Civil quem gostaria de participar do CONDIVIS.

- Zilda Maria Bergamini (Conselho Municipal de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense) manifestou interesse em participar do colegiado como titular do COMUGESAN.
- Como não houve interessados (as) em ocupar a suplência, Eriane (DGA/SEMASA) propôs que a indicação para a vaga seja encaminhada por email.
- Não houve manifestações em contrário. Portanto, a proposição foi aprovada por unanimidade.

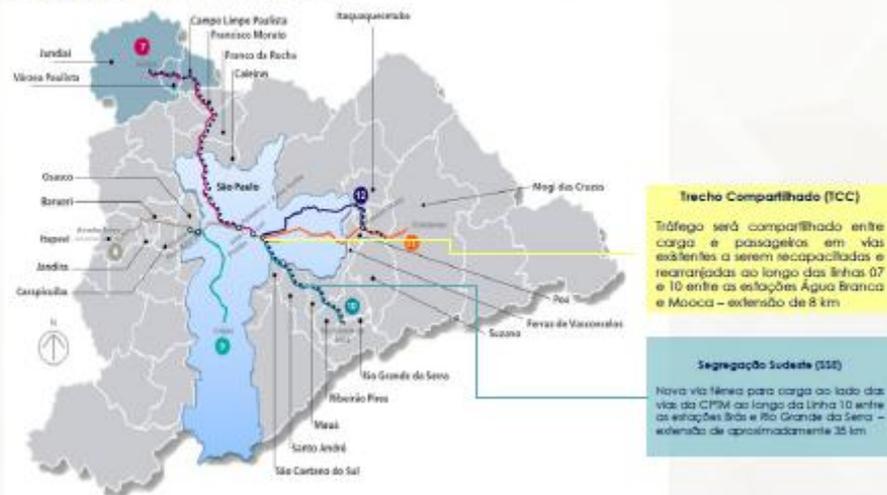
APRESENTAÇÃO DO EIA-RIMA RELACIONADO AO PROJETO DE SEGREGAÇÃO SUDESTE DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS E TRECHO CENTRAL COMPARTILHADO PELA MRS LOGÍSTICA SA

- Bruno Valsani (MRS Logística SA) informou que atua na MRS Logística como Gerente de Relações Institucionais. Pontuou que a finalidade da exposição é abordar, nos moldes das audiências públicas realizadas em abril de 2024, aspectos conceituais do projeto e o conteúdo presente no EIA-RIMA submetido à CETESB. Colocou-se à disposição para responder a todas as dúvidas e questionamentos da plenária, ainda que não seja possível esclarecê-las dentro do tempo-limite da reunião.
- Rômulo Alves (MRS Logística SA), representante da área de projetos e obras da MRS Logística, iniciou a explanação sobre os detalhes técnicos e construtivos do empreendimento.





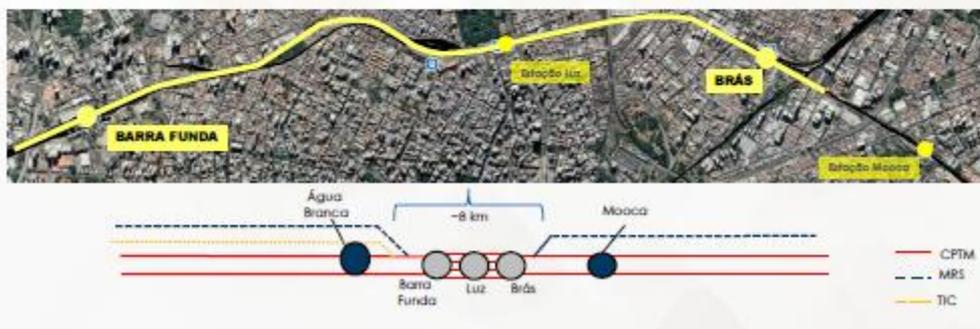
SEGREGAÇÃO SUDESTE E TCC



TRECHO CENTRAL COMPARTILHADO (TCC)

Trecho Central Compartilhado: segmento localizado entre a Estação Barra Funda e a Estação Brás, ao longo das Linhas 7- Rubi e 10 -Turquesa, com extensão de aproximadamente 8 km, que contempla o escopo a seguir:

- RECAPACITAÇÃO de vias para atendimento da carga de 32,5 ton/eixo
- Alteração do Plano de Vias Sinalizado (PVS) nas regiões da Barra Funda e Brás para compatibilizar com as segregações
- Adequações geométricas e de rede aérea em alguns trechos para atender a operação compartilhada





SEGREGAÇÃO SUDESTE

Objetivo do Programa

Eliminar as restrições operacionais hoje impostas pela CPTM à MRS e vice-versa, possibilitando também aumento da produtividade e ganhos de eficiência para o transporte ferroviário de cargas e passageiros, além do aumento de segurança e confiabilidade das operações.

Escopo do Programa

Construção de uma linha ferroviária exclusiva para transporte de carga, paralela à linha 10 da CPTM, minimizando qualquer interrupção do serviço à população. Serão feitas as adequações necessárias nas estações da CPTM e áreas lindeiras e remanejamento de interferências para viabilizar a implantação desta nova linha da MRS.

CENÁRIO ATUAL – COMPARTILHAMENTO MRS X CPTM

O fato de existir um compartilhamento das vias entre MRS e CPTM, tem como consequência os seguintes impactos para as operações das empresas:

Apenas duas janelas de horário delimitadas para circulação de Trens de carga

Quantidade de trens para a Operação (Carga e Passageiros) circulando nas vias



Comprimento máximo das composições de trens de carga

Limite de peso por eixo e gabarito de material rodante

Equipamentos específicos de sinalização para os Trens de Carga



PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA SEGREGAÇÕES

Para o transporte de passageiros

Diminuição do intervalo entre trens.
Maior segurança e previsibilidade na circulação dos trens de passageiros.
Aumento da velocidade dos trens de passageiros.
Redução do custo de manutenção das vias.
Permitirá a realização de estudos para a futura construção do Trem Inter Cidades (TIC) - São Paulo/Santos.

Para o transporte de carga da MRS

Mais janelas para a passagem dos trens de carga na região metropolitana de São Paulo.
Atendimento a novos terminais de carga geral em São Paulo.
Maior produtividade e confiabilidade para o transporte ferroviário de carga.
Maior equilíbrio da matriz de transportes entre rodoviário e ferroviário.

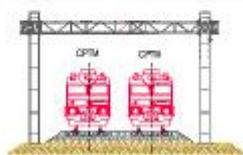
Para os municípios e população

Estímulo à economia local devido às obras e operação dos novos terminais.
Trens de passageiros com menor lotação e com maior velocidade, diminuindo o tempo de viagem e proporcionando maior conforto aos usuários.
Mais segurança para os usuários do transporte de passageiros.
Redução do tráfego de caminhões para o transporte de cargas na Grande SP, gerando melhorias em índices de congestionamento, poluição e acidentes.

CONCEITO GERAL DO PROGRAMA SEGREGAÇÕES

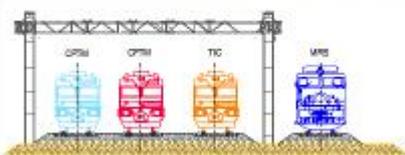
BRÁS ←

← RIO GRANDE DA SERRA



SITUAÇÃO ATUAL

→



OBS: projeto TIC Santos em fase preliminar de estudo pela CPTM.



SITUAÇÃO FUTURA

→





ESTAÇÕES CPTM ABRANGIDAS PELO PROGRAMA EXEMPLO
DE INTERVENÇÕES ACESSO PASSAGEIROS (CONCEITUAL)



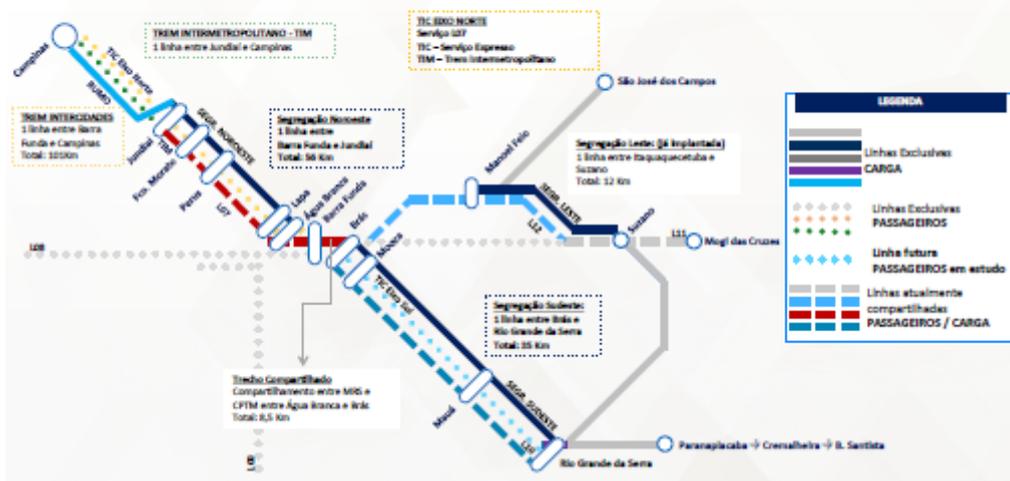
ESTAÇÕES CPTM ABRANGIDAS PELO PROGRAMA
EXEMPLO DE ADEQUAÇÕES DE ESTAÇÃO



ESTAÇÕES CPTM ABRANGIDAS PELO PROGRAMA EXEMPLO DE ADEQUAÇÕES DE ESTAÇÃO (CONCEITUAL)



INTERFACE DO PROGRAMA SEGREGAÇÕES COM CPTM



- Neste ponto da exposição, assumiu a palavra o Sr. Marlon R. Rocha (JGP Consultoria), um dos responsáveis pela coordenação do Estudo de Impacto Ambiental vinculado ao empreendimento da MRS Logística SA.



EIA

Estudo de Impacto Ambiental

Segregação Sudeste do Transporte
Ferroviário de Cargas (SSE) e Trecho
Central Compartilhado (TCC)

Processo CETESB 102340/2022-47

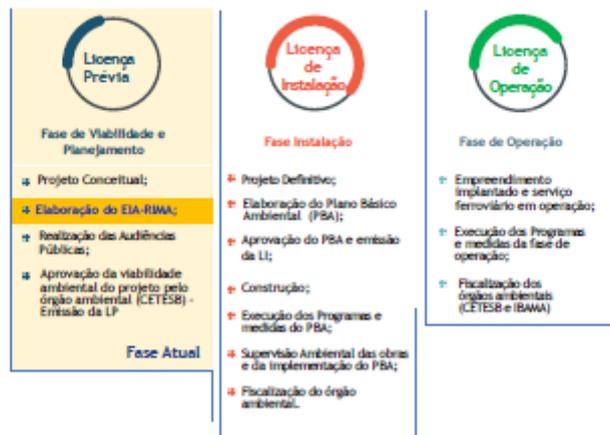
Reunião COMUGESAN

Santo André, 22 de outubro de 2024.

JGP



Planejamento dos Empreendimentos e o Licenciamento Ambiental



MRS

JGP



EIA | RIMA



Alternativas Locacionais e Concepção do Empreendimento

Implantação de nova via férrea dentro da faixa de domínio e no traçado atual (década de 1860) ou implantar uma nova ferrovia



A opção pela implantação de um novo corredor ferroviário para acesso e travessia da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), sobre áreas não impactadas por outra infraestrutura linear, seria, sem dúvida, a alternativa geradora de impactos socioambientais mais significativos para o empreendimento.





EIA | RIMA



Áreas de Influência e de Estudo

ÁREAS DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)

Meios Físico e Biótico - Território dos municípios que abrigam as sub-bacias hidrográficas atravessadas pela faixa de domínio.

Meio Socioeconômico - Limites administrativos dos municípios de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, Santo André e São Caetano do Sul, na Região Metropolitana de São Paulo e, no município de São Paulo, 06 Subprefeituras, quais sejam: Vila Prudente, Ipiranga, Vila Mariana, Mooca, Sé e Lapa.





Áreas de Influência e de Estudo



LEGENDA:
Área de Influência Direta (AID)
Área Diretamente Afetada (ADA)

ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID)

Faixa de no mínimo 1.000 metros, a partir da faixa de domínio (em ambos os lados), ajustada de acordo com elementos da ocupação (bairros), sistema viário, fragmentos de vegetação.

ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)

Faixa de domínio da ferrovia existente, acrescida das áreas de intervenção que extrapolam os limites da faixa.



JGP

Diagnóstico Socioambiental

Meio Físico

- Relevo
- Rochas
- Solo
- Água Superficial
- Água Subterrânea
- Clima
- Recursos Minerais

Meio Biótico

- Fauna e Flora
(Animais e Plantas)

Meio Socioeconômico

- População
- Atividades econômicas
- Infraestrutura
- Patrimônio Histórico



JGP



Meio Físico



Rochas graníticas



Solos



Relevo de morros



Relevo Colinoso



JGP

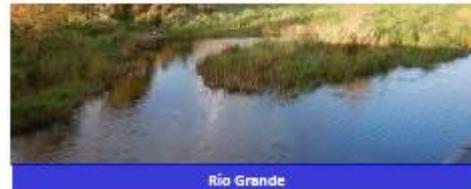
MEIO FÍSICO - Recursos Hídricos



Ribeirão Pires



Rio Tamanduateí



Rio Grande

Índice de Qualidade da Água - IQA

Coletadas amostras em 3 cursos d'água em duas épocas do ano

Qualidade da água ruim, indicando uma evidente poluição de córregos e rios.

Lançamento de esgotos não tratados são determinantes para a qualidade da água na região

Qualidade da Água BOA no Rio Grande (APRM)



JGP



Níveis de Ruído



Medições dos atuais níveis de ruído segundo metodologia e acompanhamento da CETESB.

Medições DIURNAS e NOTURNAS, COM e SEM a passagem de trens da CPTM e da MRS.

Estudo de Previsão de Níveis Sonoros (modelagem) a 150 metros com estimativas níveis de ruído dentro dos limites definidos pela legislação



Meio Biótico - Flora

- 306 espécies identificadas
- Espécies típicas do Biomas Mata Atlântica

COLETA DE MATERIAL

RECONHECIMENTO DE ESPÉCIES

CAMINHAMENTO EM TRILHAS

MAPEAMENTO DO USO DO SOLO



Fragmentos de vegetação em áreas limdeiras e faixa de domínio com vegetação herbácea



Cobertura Vegetal e Uso do Solo



JGP

Diagnóstico Meio Biótico - Fauna

DIAGNÓSTICO DE FAUNA LEVANTAMENTO DE CAMPO

Estudos em duas épocas do ano

2 Zonas de Amostragem

Coleta e Captura autorizadas

Observação de Animais

Registro de Animais Atropelados

Reconhecimento de Espécies



Armadilha fotográfica



Crânio de ouriço



Armadilhas de queda



Busca ativa e visualização



JGP



Diagnóstico Meio Biótico - Fauna

Espécies de Fauna



Tangará (*Chiroxiphia caudata*)

AVIFAUNA

135

Espécies



Gambá (*Didelphis aurita*)

MASTOFAUNA

22

Espécies



Perereca (*Aplostodiscus leucopygius*)

HERPETOFAUNA

24

Espécies



Branquinha *Cyphocharax modestus*

ICTIOFAUNA

4

Espécies



Diagnóstico Meio Socioeconômico

Perfil da ocupação e atividades

- A região do empreendimento é caracterizada por áreas com alto grau de urbanização, com áreas industriais e continuidade das áreas urbana (conurbação)
- Toda a urbanização verificada ao longo do traçado foi muito influenciada pela ferrovia implantada na segunda metade do Século XIX.
- Ao longo da ferrovia e de suas estações, surgiram ou se consolidaram núcleos urbanos, que atualmente são cidades da Região Metropolitana de São Paulo e Grande ABC.
- Não há áreas de habitação irregular dentro da faixa de domínio ou da ADA



Ribeirão Pires



Santo André



São Paulo





Patrimônio Histórico



Estação Ribeirão Pires



Estação Rio Grande da Serra



Posto Telegráfico (Santo André)

- Levantamentos de bens tombados realizados nos municípios e nas esferas estadual e federal
- Relatórios apresentados ao IPHAN, CONDEPHAAT, CONPRES, CONDEPHAASA visando a manifestação quanto à compatibilidade do empreendimento
- Projeto conceitual ajustado aos bens protegidos buscando, sempre que possível, a continuidade do uso ferroviário das estações tombadas
- Manifestação favorável PA LICENÇA PRÉVIA (LP) pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT



Áreas Protegidas

MEIO BIÓTICO – FLORA

- Biomas Mata Atlântica e Cerrado
- Pouca interferência em fragmentos florestais
- Área majoritariamente antropizada

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O empreendimento não atravessa nenhuma Unidade de Conservação, mas intercepta as Zonas de Amortecimento do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, do Parque Natural Municipal do Pedroso e da Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba.

A Segregação Sudeste também está parcialmente localizada na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) Billings nos municípios de Santo André, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra.





Áreas Protegidas



Represa Billings (Braço Rio Grande)

ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS

A Segregação Sudeste também está parcialmente localizada na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) Billings nos municípios de Santo André, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra.



EIA | RIMA



Avaliação Ambiental - Impactos Socioambientais

Identificados com base nas características do empreendimento
(PLANEJAMENTO, CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO) e no diagnóstico da
região

IMPACTOS:

- POSITIVOS e NEGATIVOS
- TEMPORÁRIOS e PERMANENTES
- ALTA e BAIXA magnitude
- REVERSÍVEIS e IRREVERSÍVEIS

Meio Físico

Meio Biótico

Meio Socioeconômico



JGP

Impactos Socioambientais

Foram identificados
38 IMPACTOS AMBIENTAIS POTENCIAIS,
SENDO

8 IMPACTOS NO MEIO FÍSICO,

6 NO MEIO BIÓTICO, e

24 NO MEIO SOCIOECONÔMICO.

Propostos
25 PROGRAMAS AMBIENTAIS

Meio Físico

Terrenos
Recursos Hídricos
Superficiais
Recursos Hídricos Subterrâneos
Clima e Qualidade do Ar

Meio Biótico

Cobertura Vegetal
Fauna

Meio Socioeconômico

Estrutura Viária, Trânsito e Transporte
Estrutura Urbana
Infraestrutura Física e Social
Atividades Econômicas
Qualidade de Vida
Patrimônio Histórico



JGP



Impactos e Medidas Ambientais – Meio Físico

PRINCIPAIS IMPACTOS SÃO TEMPORÁRIOS E VINCULADOS AOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

- Geração de processos erosivos
- Alteração de qualidade da água superficial
- Assoreamento de cursos d'água

Serão evitados e/ou mitigados pela adoção de um conjunto de especificações técnicas para a execução dos serviços, incluindo medidas preventivas e mitigadoras, além das medidas corretivas e de recuperação.



- P1.1 - Programa de Gestão Ambiental das Obras (PGA O)
- P1.2 - Programa de Adequação Ambiental do Projeto
- P1.4 - Plano de Controle Ambiental das Obras
- P1.9 - Programa de Monitoramento de Processos Erosivos e de Assoreamento
- P1.10 - Programa de Monitoramento da Qualidade da Água



Impactos e Medidas Ambientais – Meio Físico

AÇÕES DE CONTROLE DE EROSÃO



Descida d'água provisória e bacia de retenção de sedimentos



Formação vegetal: hidrosseadura



Manta geotêxtil na proteção de cursos d'água



Bacia de retenção de sedimentos



Proteção de taludes de aterro e cursos d'água



Controle do escoamento superficial





Impactos e Medidas Ambientais – Flora

- Impactos concentrados na faixa de domínio, em bordas de fragmentos: vegetação secundária
- Total de cobertura vegetal nativa dentro da ADA – 2,83 ha e equivale a 2,85% da ADA e 0,1% da vegetação nativa na AID
- Não há afetação em áreas em estágio avançado de regeneração

Compensação Ambiental



Investimentos em unidades de conservação
Plantios compensatórios

Minimização dos impactos será efetivada através do detalhamento do projeto executivo
Controle ambiental das obras



JGP

Impactos e Medidas Ambientais – Fauna

Durante a
Construção:

Afugentamento de Fauna
Risco de acidentes

Afugentamento e resgate de fauna

Implantação de passagens subterrâneas de fauna, que
minimizarão o impacto de barreira

Adaptação de drenagens para passagens de fauna

Monitoramento de fauna durante a construção e durante
a operação



JGP



Impactos e Medidas – Meio Socioeconômico

Meio Socioeconômico:

IMPACTOS NEGATIVOS:

- Incômodos à população por interrupções, diminuição de velocidades da Linha 10 durante a construção
- Geração de ruído, interrupção temporária de vias de acesso, tráfego de veículos

IMPACTOS POSITIVOS:

- Eliminação do conflito entre transporte de cargas e passageiros entre o centro da cidade de São Paulo e Rio Grande da Serra
- Ampliação e modernização do sistema ferroviário
- Redução dos tempos de viagem de passageiros e cargas
- Redução de riscos de acidentes ferroviários
- Geração de empregos
- Dinamização econômica



P1 - Programas das Fases Pré-construtiva e de Construção

P1.1	Programa de Gestão Ambiental das Obras (PDAO)	P1.7	Programa de Gestão da Fauna Silvestre Durante as Obras
P1.2	Programa de Adequação Ambiental do Projeto	P1.8	Programa de Gerenciamento de Riscos e de Atendimento a Emergências Ambientais Durante a Construção
P1.3	Programa de Contratação, Capacitação e Gestão da Mão de obra	P1.9	Programa de Monitoramento de Processos Erosivos e de Assoreamento
P1.4	Plano de Controle Ambiental das Obras	P1.10	Programa de Monitoramento da Qualidade da Água
P1.5	Programa de Controle das Atividades de Supressão Vegetal	P1.11	Programa de Monitoramento de Fauna Silvestre
P1.6	Programa de Resgate de Germoplasma	P1.12	Programa de Comunicação Social e Relações Comunitárias





P1 - Programas das Fases Pré-constructiva e de Construção

P1.13 Programa de Educação Ambiental

P1.14 Programa de Desativação Temporária de Frentes de Obras

P1.15 Programa de Gerenciamento de Plantios Compensatórios e Restauração Ecológica

P1.16 Programa de Gerenciamento de Desapropriações e Indenizações

P1.17 Programa de Monitoramento de Ruído Durante as Obras

P1.18 Programa de Monitoramento Arqueológico e de Preservação do Patrimônio Histórico

P1.19 Programa de Desmobilização das Obras e Recuperação de Áreas Impactadas



JGP

P2 - Programas da Fase de Operação

P2.1 Plano de Gestão Ambiental da Operação

P2.2 Programa de Gerenciamento de Riscos e Atendimento à Emergências Ambientais Durante a Operação

P2.3 Programa de Gestão de Resíduos Sólidos

P2.4 Programa de Gestão de Resíduos Sólidos

P2.5 Programa de Gerenciamento de Efluentes

P2.6 Programa de Prevenção e de Gerenciamento de Passivos Ambientais

P2.7 Programa de Monitoramento de Ruído Durante a Operação



JGP

EIA|RIMA - Programas Ambientais

Os Programas objetivam **PREVENIR, MITIGAR, MONITORAR** ou **COMPENSAR** impactos.

Os Programas serão detalhados na próxima Fase do Licenciamento Ambiental, antes da Licença de Instalação.

Serão detalhados no **PROJETO BÁSICO AMBIENTAL (PBA)**, que será elaborado pela **MRS Logística S/A ANTES** da Licença de Instalação (LI).



JGP

EIA|RIMA - CONCLUSÕES

Outros programas poderão ser definidos pela CETESB após a análise técnica dos estudos e recolhimento de sugestões nas Audiências Públicas.

Os impactos identificados nas obras e no funcionamento da SSE e do TCC são típicos e esperados para OBRAS LINEARES e para FERROVIAS.

Áreas afetadas integram um corredor ferroviário existente, compreendendo áreas significativamente modificadas.

São, de modo geral, impactos que poderão ser prevenidos, monitorados, compensados ou que serão alvo de ações previstas nos Programas Ambientais para reduzir a intensidade dos seus efeitos negativos.

A SSE e o TCC compõem um empreendimento viável do ponto de vista socioambiental, desde que atendidas as recomendações apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA).



JGP

Obrigado!

JGP







COMUGESAN
Conselho Municipal de Gestão e
Saneamento Ambiental de Santo André



Secretaria Executiva
Avenida José Caballero, 143 – Centro – Santo André
CEP 09040-210
Fone (11) 4433-9059



QUESTIONAMENTOS E PROPOSIÇÕES

- Após o encerramento da exposição, Ajan (SUP/SEMASA) abriu espaço para as manifestações da plenária.
- Marta Angela Marcondes (MDV) encaminhou à mesa expositora as seguintes perguntas:

1. Como será realizado o percurso e a transferência de cargas?

- Rômulo (MRS Logística) respondeu que as cargas containerizadas, por exemplo, têm origem e destino variados, percorrendo, prioritariamente, o porto de Santos e terminais localizados no interior do Estado de São Paulo e na Grande São Paulo.

2. Haverá readequação no trecho compreendido entre a serra do mar e a vila de Paranapiacaba devido à alteração de modal (trem com maior número de vagões e mais pesado)?

- Rômulo (MRS Logística) respondeu que a estrutura existente nas regiões mencionadas utiliza sistema de cremalheira, estando já

devidamente capacitada para as operações de carga propostas. Ressaltou que, por haver restrições, é preciso operar com um trem menor entre os municípios de Rio Grande da Serra e Jundiaí.

3. Qual a definição que se dá dentro do projeto para plataformas logísticas? Elas possuem alguma relação com o Centro Logístico de Paranapiacaba?

- Rômulo (MRS Logística) respondeu que se referem à implementação de novos terminais de operação, sendo o da região da Mooca o maior projeto. Esclareceu que a segregação não prevê em seu escopo nenhum impacto ou influência sobre o Centro Logístico citado.

4. A respeito do estudo de ruídos, qual foi o limite estabelecido pela consultoria?

- Fabrizia Oliverii (JGP Consultoria) respondeu que, de acordo com a NBR 16425 (norma que estabelece os procedimentos técnicos para avaliação e medição da pressão sonora produzida por sistemas de transporte), durante a passagem do trem o limite é de 85 decibéis (dB).
- Gláucia Bueno Quirino (OAB) informou que reside próximo de uma estação ferroviária, e que, por isso, tem a sensação de que o incômodo gerado pelo ruído dos trens ultrapassa o limite de 55 decibéis (dB) fixado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Comentou que não viu mencionado, durante a exposição, o nível de ruído previsto em um cenário no qual o trem circule com mais peso, potência e quantidade de passageiros.
- Considerando a possibilidade de ininterrupção do funcionamento da linha de operação da MRS, ressaltou que a incomodidade de ruído gerada pelo transporte ferroviário afetará muitas pessoas no trecho que abarca algumas cidades do Grande ABC – como Mauá e Santo André – e o Brás, haja vista a grande quantidade de empreendimentos imobiliários que vêm sendo construídos no entorno de estações ferroviárias.
- Marlon (JGP Consultoria) pontuou que é relevante considerar que a malha ferroviária existente teve a sua implementação na década de

1860 – fato que contribuiu significativamente para o crescimento da industrialização e da urbanização ao redor das estações.

- Quanto à questão das pressões sonoras, comentou que um dos Programas constantes do EIA refere-se ao monitoramento dos níveis de ruído, em que foi elaborada uma modelagem matemática para estabelecer previsões de emissão de ruído.
- Enfatizou que embora os trens sejam mais pesados, a estrutura de passagem e as locomotivas previstas no projeto serão totalmente novas, garantindo, assim, níveis de ruído muito menos incomodativos. Acrescentou que a CETESB acompanha todas as medições em todos os pontos sinalizados, tendo em vista o alto índice de reclamações da população por ruído excessivo.
- Rômulo (MRS Logística), acerca do horário de operação de cargas, comentou que a previsão de funcionamento ininterrupto da via, a partir da segregação, representa uma vantagem, pois, atualmente, a CPTM reserva janelas de horário específicas para o tráfego de trens da MRS (das 09h00 às 15h00 e das 21h00 às 04h00), obrigando a empresa a concentrar grande parte das atividades operacionais no período da madrugada.
- Quanto ao ruído emitido a partir da circulação de trens, comentou que, hoje, para trafegar pelas linhas da CPTM, os trens operados pela MRS precisam ser fracionados em tamanhos diferentes (período diurno - extensão máxima de 630 metros / período noturno, 800 metros), intensificando, portanto, a frequência de passagens pela malha. Informou que, com a segregação, a composição de cargas terá sua extensão padronizada em 1500 metros e circulará em uma ferrovia com menos talas de junção, o que, certamente, reduzirá os níveis de incomodidade sonora.
- Glaucia (OAB) sugeriu que a MRS adote como medidas compensatórias do empreendimento, para a mitigação de ruídos, o auxílio na manutenção e melhoria da malha utilizada pela CPTM, e a interrupção do funcionamento das operações de carga no período da madrugada.
- Marlon (JGP Consultoria) informou que o monitoramento de ruído previsto no projeto não só verificará os níveis de pressão sonora, mas também orientará o uso de dispositivos atenuantes, em caso de detecção dos locais impactados.

- Esclareceu que a proposta de a MRS subsidiar diretamente a CPTM em ações de manutenção de trilhos não é viável, pois são concessionárias distintas.
- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) comentou que no parecer técnico do SEMASA referente ao empreendimento foi recomendado o uso de barreiras para prevenção acústica, ou, como alternativa, a restrição de funcionamento da linha durante o período noturno, considerando a grande concentração de condomínios situados no entorno da Avenida Industrial.
- Julio Cesar Tavares Bastos (PROLEG) propôs que seja inserido como elemento paisagístico um paredão constituído de árvores, para que haja maior absorção de ruído.
- Zilda Maria Bergamini (Conselho Municipal de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense) informou que reside a 100 metros do sistema funicular de Paranapiacaba. Comentou que na região não há impacto sonoro relevante proveniente das movimentações de carga ferroviária.
- Marta (MDV) pontuou que, em sua atuação como pesquisadora de saúde e meio ambiente, tem notado um grande aumento de processos depressivos decorrentes de exposição a ruído excessivo e poluição luminosa. Comentou que o projeto coloca em risco a extração de água do braço do Rio Grande para abastecimento da população de Santo André, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo e parte do sistema Alto Tietê.
- Marlon (JGP Consultoria) ponderou que, embora haja impacto sonoro decorrente das operações ferroviárias, o modo de vida da sociedade atual é o principal agente estressor. Salientou que o empreendimento não afeta as cabeceiras dos córregos que drenam a bacia do Rio Grande, destacando que haverá mínima movimentação de terra para a implantação da nova via, por se tratar de um mesmo traçado. Acrescentou que o projeto prevê uma estrutura ferroviária mais segura, separando o transporte de cargas do sistema de passageiros, o que, por sua vez, contribuirá para a redução de riscos operacionais.

- Aldo Gomes da Costa Filho (Convidado) recomendou que a MRS encaminhe estudos relacionados aos córregos Cassaquera, Guarará e Apiaí, considerando o subdimensionamento dos rios que atravessam as linhas férreas em Santo André. Comentou que o projeto original previa três intervenções em Paranapiacaba. Perguntou se ainda vão ocorrer.
- Julio (PROLEG) complementou a fala do convidado Aldo perguntando se a empresa tem responsabilidade por apresentar soluções para as enchentes que ocorrem na via férrea. Informou que ouviu o comentário de que os trens serão mais altos, contando com dois andares. Perguntou também se haverá uma terceira via férrea no trecho entre Rio Grande da Serra e Paranapiacaba.
- Marlon (JGP Consultoria), a respeito das questões de drenagem e dimensionamento hidráulico, comentou que em um processo de licenciamento novo a CETESB exige um estudo de viabilidade de implantação e apresentação de um projeto de engenharia para o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), órgão responsável pela autorização de intervenção em cursos d'água. Pontuou que não cabe à MRS a resolução da via da CPTM, pois se trata de uma questão que envolve a renovação da licença de operação e outras atualizações a serem feitas pela própria CPTM.
- Em virtude do anúncio de encerramento da reunião, Bruno (MRS Logística) esclareceu que a equipe expositora concentrou-se especificamente no escopo da segregação sudeste, que não abrange em detalhes as intervenções que ocorrerão na região de Paranapiacaba. No entanto, colocou-se à disposição para discuti-las em momento mais oportuno.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

- Ajan (SUP/SEMASA) perguntou se a plenária gostaria de registrar algum encaminhamento.
- Marta (MDV) solicitou que haja outra reunião de esclarecimentos que trate exclusivamente dos impactos e intervenções que atingem a Vila de Paranapiacaba.

JUSTIFICATIVAS DE FALTAS

- Justificaram ausência nesta reunião: Departamento de Resíduos Sólidos (SEMASA), Secretaria de Meio Ambiente (PMSA), Departamento de Proteção e Defesa Civil (PMSA), Secretaria de Habitação e

Regularização Fundiária (PMSA), Clube da Família do Parque Andreense, Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA), Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e

São Caetano do Sul (SINPRO ABC), Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), Universidade Federal do ABC (UFABC) e Representante dos Moradores de APRM.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja Memória assim redigida e devidamente aprovada deverá ser assinada por:

Ajan Marques de Oliveira
Presidente do Comugesan
Superintendente do Semasa

Eriane Justo Luiz Savóia
Secretária Executiva do Comugesan
Diretora do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa